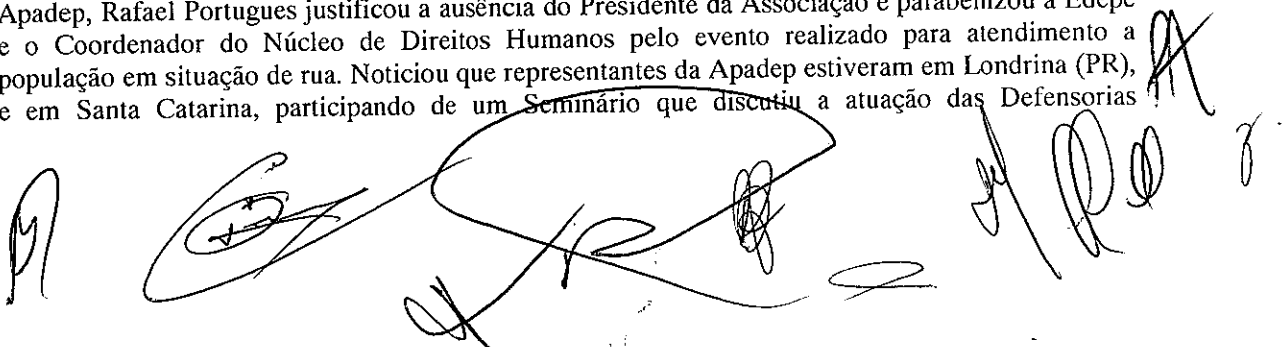


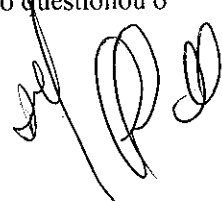
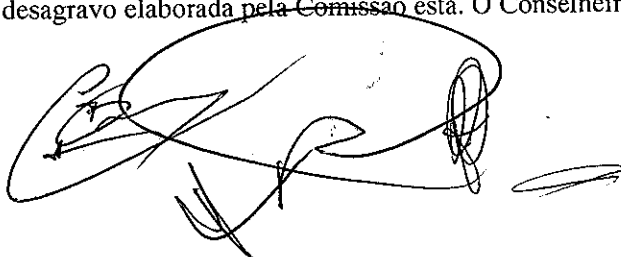
ATA DA 239ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2010/2012

Aos dez dias do mês de junho do ano dois mil e onze, na Sala de Reuniões do Edifício sede da Defensoria Pública do Estado, situado na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência da Senhora Defensora Pública-Geral do Estado, Daniela Sollberger Cembranelli. Presentes os (as) Conselheiros (as) Fabiana Botelho Zapata, Bruno Diaz Napolitano, Luciana Zaffalon Leme Cardoso, Márcia Regina Garutti, Denise Nakano Veronezi, Franciane de Fátima Marques, Octavio Ginez de Almeida Bueno, José Moacyr Doretto Nascimento, Luis Cesar Rossi Francisco, e, representando a Apadep, Rafael Moraes Portugues de Souza. Ausentes justificadamente a Conselheira Juliana Garcia Belloque e os Conselheiros Antonio José Maffezoli Leite e Pedro Antonio de Avellar. Deu-se início aos trabalhos às 09h40min horas. A Presidente deu início aos trabalhos encaminhando a ata da 238ª sessão ordinária para aprovação. Aprovada por unanimidade. A Presidente comunicou a renovação do contrato e a troca dos carros da frota da Defensoria Pública. Apresentou aos conselheiros a nova carteira funcional aprovada, que será entregue aos Defensores Públicos nas próximas semanas e, quanto às brochuras, informou que abrirá processo licitatório para aquisição. Noticiou que a OEA aprovou uma resolução que reconhece a imprescindibilidade de um modelo público de atendimento jurídico instando aos Estados que ainda não tem Defensoria Pública a criá-la. Destacou a importância da designação de um Defensor Público atuando nesta área, parabenizando o Defensor Público Interamericano Antonio Maffezoli, pelo trabalho que tem realizado. Informou que, tendo em vista a mudança de cenário quanto à desvinculação da OAB/SP, a Defensoria Geral ingressará com mandado de segurança defendendo a capacidade postulatória dos Defensores decorrente da posse no cargo público, instando o Defensor Público interessado a também fazê-lo. Informou que encaminhará ofícios esclarecendo o tema a todos os Desembargadores. Demonstrou sua preocupação com eventual perecimento de direitos de usuários e conclamou aos defensores desvinculados que em hipótese alguma permitam o perecimento de direito. Esclareceu que em caso de reconhecimento, pelo juízo, de ausência de capacidade postulatória, devem os Defensores assinar as peças junto com outros Defensores vinculados. Solicitou engajamento dos Conselheiros e da Apadep para que sensibilizem os membros da carreira neste sentido. Registrou seu posicionamento contrário ao Desagravo ante aos novos fatos. A Secretária do Conselho Superior informou que o ofício para cumprimento da diligencia solicitada no processo CSDP nº 184/11, que trata de proposta de abertura de inscrições para o Núcleo Especializado dos Direitos dos Idosos e da Pessoa com Deficiência foi encaminhado em 06/06 para o Terceiro Subdefensor Público-Geral do Estado e o processo CSDP nº 1996/11, que trata de pedido de reajuste no valor do auxílio alimentação foi encaminhado a Defensoria Pública-Geral em 06/06, conforme deliberado na última sessão ordinária. Justificou a ausência do Conselheiro Antonio Maffezoli que esta em Assunção para participar de uma reunião da AIDEF e dar palestra no congresso de Defensores Públicos do Mercosul e do Conselheiro Pedro Avellar que não pode comparecer devido ao cancelamento do vôo hoje pela manhã. Não havendo mais comunicações e não havendo inscritos ao momento aberto, a Presidente abriu a palavra aos Conselheiros para manifestações. O Conselheiro Octavio manifestou-se sobre a posição narrada pela Defensora Geral e instou aos colegas para encaminhar suas sugestões para alteração da deliberação que trata dos critérios de promoção. Propôs uma sessão extraordinária para discussão do regimento interno. A presidente solicitou que o colegiado aguarde o retorno da Conselheira Juliana Belloque e sugeriu que a sessão ordinária do dia 1º seja com a pauta reduzida para tratar deste processo. Sugestão aprovada por unanimidade. O representante da Apadep, Rafael Portugues justificou a ausência do Presidente da Associação e parabenizou a Edepe e o Coordenador do Núcleo de Direitos Humanos pelo evento realizado para atendimento a população em situação de rua. Noticiou que representantes da Apadep estiveram em Londrina (PR), e em Santa Catarina, participando de um Seminário que discutiu a atuação das Defensorias

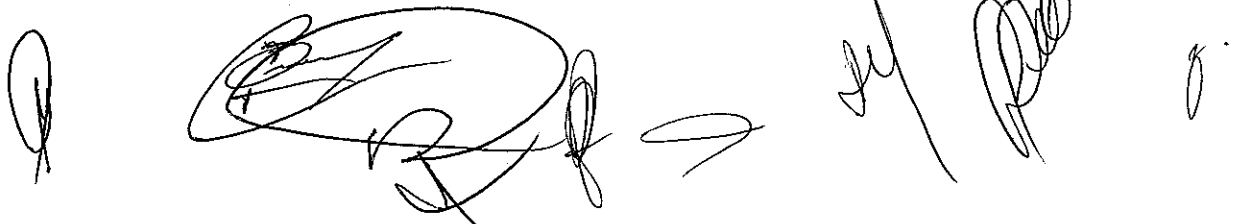


Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature in the center and several smaller ones to the right.

Públicas. Disse que a Defensoria Pública da União (DPU) da cidade paranaense não possui a infraestrutura necessária para o trabalho da instituição, e pediu que a intervenção da Defensoria Geral e da Ouvidoria junto a órgãos federais. Louvou os esforços da Administração Geral para tratar da capacidade postulatória do Defensor Público desvinculado. O Conselheiro José Moacyr relatou a Pré Conferência realizada em Campinas. Defendeu que o desagravo deve ter a solicitação do interessado e concordou que pode haver mais prejuízos realizá-lo neste momento. O Conselheiro Bruno congratulou o evento realizado pela Edepe e Nucleo de Direitos Humanos sobre atendimento a população em situação de Rua. Congratulou o posicionamento da Defensoria Geral quanto à capacidade postulatória e solicitou que todos caminhem juntos. A Conselheira Márcia informou que esteve presente à reunião do Colégio de Corregedores, e que pela primeira vez o evento foi realizado simultaneamente à reunião do Condege. Relatou a correição que esta realizando na Regional Criminal, Varas Singulares. Compartilhou o entendimento da Defensoria Geral e enalteceu a forma responsável com que tem conduzido a questão da desvinculação de Defensores Públicos nos quadros da OAB/SP. Chamou atenção dos colegas para a preservação dos direitos dos usuários. A Conselheira Denise ressaltou o acerto da decisão do pólo de atendimento família e informou que, conversando com os coordenadores, constatou o sucesso. A presidente agradeceu a todos que colaboraram para esta iniciativa. A Conselheira Luciana solicitou sua participação nas reuniões mensais. Colocou a Ouvidoria a disposição de todos para garantir a efetividade dos direitos dos assistidos e defendeu que a autonomia funcional do Defensor Público não se sobrepõe ao direito do assistido. O representante da Apadep informou que a carreira tem esta consciência e que a Apadep já se manifestou a respeito. A Conselheira Franciane parabenizou a iniciativa da Defensoria Geral, relatou a reunião em São José dos Campos, acompanhada do 3º Subdefensor Geral, para tratar da capacidade postulatória dos Defensores decorrente da posse no cargo e reiterou que a agenda para as reuniões com juízes deve ser urgente. Relatou as condições de atendimento dos usuários do Fórum da Barra Funda, informando que em 2007 encaminhou proposta ao colegiado para as providencias necessárias, como a instalação do "Posso ajudar", do atendimento telefônico "0800" e cartilhas de esclarecimentos para os usuários. Sugeriu, além do que foi proposto, que a Defensoria Geral deve pensar em salas fora do fórum. Informou que o mutirão de mulheres encarceradas esta com dificuldade de atuação nos fóruns. Questionou quando os novos defensores receberão notebooks ao que a Defensoria Geral respondeu prontamente. A Presidente informou que a administração encaminhará ofício ao Tribunal de Justiça reforçando a abertura dos Fóruns para os usuários adentrarem pela manhã. A Presidente externou preocupação com eventuais posições intransigentes a respeito do mecanismo para defesa da prerrogativa de postular em juízo independentemente da inscrição nos quadros da OAB e pediu apoio à Apadep, Ouvidoria e Comissão de Prerrogativas. O representante da Apadep informou que o posicionamento unanime da carreira é favorável a defesa dos assistidos. Os Conselheiros José Moacyr e Octavio comprometeram-se a combater esta posição. A Ouvidora Geral solicitou que a questão não seja tratada com subjetivismo e colocou-se a disposição para intermediar a situação com os assistidos. A presidente informou que irá encaminhar comunicado oficial orientando a toda a carreira. CSDP nº 201/11. Interessada: Comissão de Prerrogativas. Assunto: Proposta de sessão solene de Desagravo. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. A presidente franqueou a palavra ao presidente da Comissão de Prerrogativas para sua defesa. O Defensor Público Daniel Zveibil quando propôs a sessão solene de desagravo, acreditava tratar-se de um instrumento fundamental para externar a posição institucional acerca do tema e instar a Defensoria Geral a fazer o mesmo, mas diante da mudança de cenário e da decisão da Defensoria Pública-Geral de oficiar todos os desembargadores, prestando esclarecimentos em relação à questão, acredita que a sessão de desagravo acarretaria mais prejuízos do que benefícios para Instituição. Informou que conversou com todos os interessados que concordaram com o novo posicionamento da Comissão de Prerrogativas. A conselheira Franciane entendeu que a manifestação dos interessados deve ser feita por escrito, visto que o Presidente da Comissão não pode falar em nome deles, a não ser que o colegiado entenda que a manifestação feita pelo presidente da Comissão supra esta necessidade. Informou que a nota de desagravo elaborada pela Comissão esta. O Conselheiro Bruno questionou o




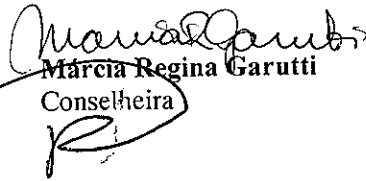
posicionamento dos demais conselheiros sobre a legalidade do desagravo sem o pedido do interessado, lembrando que a intenção do desagravo é para destacar a postura da instituição. O Conselheiro José Moacyr defendeu a legalidade e também a inconveniência no momento, porém considera que o pressuposto formal exige a concordância dos interessados. O representante da Apadep considerou prejudicial a manifestação de desistência do desagravo por parte dos interessados. A Presidente informou que o momento não é adequado visto que o julgamento da Adin esta prestes a acontecer. O Conselheiro José Moacyr concordou com a relatora no sentido de formalizar a desistência ou não do desagravo. A Presidente fez a leitura da manifestação encaminhada pelo Defensor Público Menésio e Andrew Toshio esclarecendo que regionalmente o desagravo é prejudicial deixando a decisão de fazer ou não o desagravo para o Conselho Superior. Passou-se a leitura do voto pela relatora pela aprovação da sessão solene de desagravo para os Defensores Menésio e Andrew, acolhendo a nota de desagravo que deverá ser encaminhada aos agressores e publicada em nota oficial. O Presidente da Apadep defendeu a realização do desagravo. O presidente da Comissão de Prerrogativas destacou que é imprescindível a unanimidade na questão. A Presidente encaminhou a discussão. A relatora questionou pessoalmente os dois interessados da Regional de Registro que manifestaram sua desistência pelo desagravo e diante desta informação votou pelo não acolhimento do pedido de desagravo, face a desistência dos interessados. A Presidente encaminhou a votação. O Conselho Superior deliberou, por maioria de votos, nos termos do voto da relatora, não acolher o pedido, em razão da manifestação de desistência dos Defensores Públicos interessados. Vencido o Conselheiro Bruno Diaz Napolitano acolhia o pedido. A Conselheira Fabiana proferiu a leitura do edital de abertura de inscrições do concurso de promoção do nível II para o nível III. Aprovada a publicação. CSDP nº 186/11. Interessado: Segunda Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de Deliberação para abertura de Concurso Regionalizado de Estagiários de Direito para a Regional do Grande ABCD. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, homologar a lista final do certame. CSDP nº 143/11. Interessado: Terceira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de Deliberação para abertura de Concurso Regionalizado de Estagiários de Direito para a Regional de Santos - Unidade São Vicente. Relatora: Conselheira Juliana Garcia Belloque. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator ad hoc Luis Cesar Rossi Francisco, homologar a lista final do certame. CSDP nº 168/11. Interessado: Coordenadora da Regional de São Carlos. Assunto: Pedido de abertura para Concurso Regionalizado de Estagiário de Direito para a Regional de São Carlos. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, homologar a lista final do certame. CSDP nº 189/11. Interessado: Marcelli Penedo Delgado Gomes. Assunto: Remoção por união de cônjuges. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. A relatora leu o voto pelo afastamento. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, aprovar o afastamento da interessada. CSDP nº 261/10. Interessado: Pedro Antonio de Avellar. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 01/06 (Regimento Interno do Conselho Superior). Relatora: Conselheira Márcia Regina Garutti. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, retirar o processo de pauta até a sessão ordinária do dia 01 de julho e 2011. Os processos relacionados a seguir foram prorrogados para a próxima sessão: CSDP nº 484/. Interessado: Alexandre Calixto. Assunto: Pedido de Reconhecimento de direito à nomeação ao cargo de Defensor Público. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. CSDP nº 171/. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência. Assunto: Relatório de atividades do Núcleo Especializado (agosto de 2010 a fevereiro de 2011). Relator: Conselheiro Luis Cesar Rossi Francisco. CSDP nº 205/11. Interessado: EDEPE. Assunto: Pedido de afastamento para participação no "Seminário Estadual: Atendimento Jurídico à População de Rua", no período de 08 a 09 de junho de 2011. Relatora: Conselheira Márcia Regina Garutti. CSDP nº 199/11. Interessado: Servidores da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Assunto: Pedido de concessão de auxílio cesta alimentação. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. CSDP nº 206/11. Interessado: Carla Pinheiro e Tamara de Pádua Capuano. Assunto: Remoção por permuta. Relator: Conselheiro

The bottom of the page contains several handwritten signatures and initials. From left to right, there is a small signature, a large and complex signature, a signature that appears to be 'J', a signature that appears to be 'P', and a small mark on the far right.

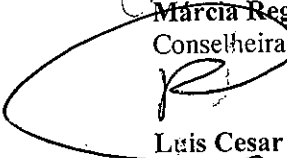
Octavio Ginez de Almeida Bueno. CSDP nº 207/11. Interessado: EDEPE. Assunto: Pedido de afastamento para participação, como palestrante, no "I simpósio sobre a formação do complexo celulose-papel em Mato Grosso do Sul", no período de 30 de junho a 01 de julho de 2011. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. CSDP nº 211/11. Interessado: Danielle Beatriz Silva Garcia Chaves. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso presencial "Gestão de Contratos de Serviços e Suprimentos", no período de 13 a 17 de junho de 2011. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. Não havendo mais processos a serem relatados na ordem do dia, a Senhora Presidente declarou encerrada a sessão Eu, Andrea Silva Britto, Secretária do Conselho Superior da Defensoria Pública, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos dez dias do mês de junho do ano de 2011.

HA

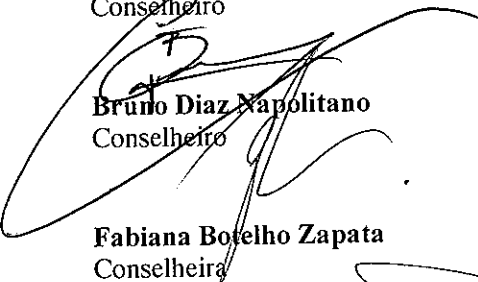

Daniela Sollberger Cembranelli
Presidente


Márcia Regina Garutti
Conselheira


Denise Nakano Veronezi
Conselheira


Luis Cesar Rossi Francisco
Conselheiro


Luciana Zaffalon Leão Cardoso
Conselheira

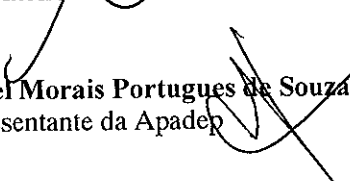

Bruno Diaz Napolitano
Conselheiro


Franciane de Fátima Marques
Conselheira


Fabiana Botelho Zapata
Conselheira


José Moacyr Doretto Nascimento
Conselheiro


Octavio Ginez de Almeida Bueno
Conselheiro


Rafael Morais Portugues de Souza
Representante da Apadep

